

QUE PAÍS DEIXAREMOS PARA OS NOSSOS FILHOS?

Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, da UFJF.

Rive2001@gmail.com

Essa é uma pergunta que preocupa a muitos brasileiros. Gostaríamos que os nossos descendentes tivessem um país com excelente qualidade de vida. Ora, preocupa-nos que o índice de desenvolvimento humano ainda seja tão baixo. Recente pesquisa da Revista Veja (“O Brasil aos olhos do mundo”, 4 de janeiro/2012) deixou claro que os estrangeiros, em geral, passaram a visualizar mais o Brasil para fazer turismo, em primeiro lugar, não certamente para residir aqui. O que aos estrangeiros incomoda é o que denominamos de “custo Brasil”, configurado por vários itens, dentre os quais: insegurança jurídica e cidadã, alta carga de impostos, violência policial e urbana, baixos índices do sistema educacional, crescente desindustrialização, falta de infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos), ineficiência da burocracia, saúde pública precária, etc. De nada adiantam estatísticas lisonjeiras acerca do Produto Interno Bruto. Para sermos felizes, precisamos mais do que isso. É necessário construirmos um espaço humano. É claro que a complexa questão da felicidade transita por outro caminho: vem de dentro para fora, é uma questão de valores, de sabermos dar sentido ao dia a dia. Mas, certamente, ajudaria muito a configurar um universo mais confiável, termos excelentes índices de desenvolvimento humano.

Se o Estado não garante a felicidade de ninguém (e Deus nos livre daqueles que nos querem tornar felizes por decreto), as instituições republicanas, no entanto, configuram o espaço público a partir do qual podemos construir, individualmente, os nossos projetos existenciais.

Ora, tal espaço deve ser construído pela Nação, sendo que duas realizações são básicas: em primeiro lugar, garantir a representação política e a administração de justiça, que possibilitarão aos cidadãos participar, em ordem, da gestão do Estado e, em segundo lugar, efetivar a educação para a cidadania, que deve ser oferecida universalmente a todos os membros da sociedade. Ora, nem uma nem outra questão formam parte, hoje, da agenda dos nossos homens públicos. Isso é extremamente grave, porquanto retrasa, de forma perigosa, o fortalecimento das instituições. Sem elas, certamente, voltaremos à lei da selva, em que os mais violentos ou os mais espertos ganham na luta pela vida.

A reforma política, que garantiria a renovação da nossa representação, foi arquivada, de forma sumária, pelos governos petistas, interessados mais em garantir a hegemonia gramsciana sobre o resto da sociedade. O que mobiliza à elite dirigente é a velha cooptação. Os nossos partidos são simples massa de manobra para os espertos chegarem ao poder e permanecer, nele, impunes. Não estranha, assim, que sejam crônicos os índices de rejeição às agremiações políticas, sendo o Congresso Nacional a entidade menos valorizada pela opinião pública. No que tange à administração de justiça, o corporativismo coloca à mímica a dignidade de que se deveriam revestir as mais altas cortes da magistratura, enredadas, nos dias atuais, em disputas movimentadas pelo espírito de clã e a defesa de privilégios. Nem falar do excessivo poder de que foi se armando o Executivo. As coisas, certamente, seriam melhores, se o Congresso gozasse de alta estima por parte dos cidadãos, que se sentiriam, nele, verdadeiramente representados.

No que tange à educação para a cidadania, ainda o Brasil não conta com um currículo nacional a ser adotado pelas nossas escolas (sejam elas públicas ou privadas). É de se destacar que os países que hoje formam parte do primeiro mundo (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Canadá, Japão, etc.) e aqueles que estão às portas do mesmo (China, Coreia do Sul, por exemplo), equacionaram essa questão há décadas, para não falar em séculos (é o caso, por exemplo, da França e dos Estados Unidos, que contam com eficientes sistemas de educação básica, na qual a educação para a cidadania é a jóia da coroa). A França estruturou o seu currículo educacional em meados do século XIX (com as reformas de Guizot) e os Estados Unidos no início do século XX (com os projetos desenvolvidos por John Dewey).

Poder-nos-íamos inspirar no exemplo de nações como a China e a Coreia do Sul, que emergiram do terceiro mundo e que batem às portas do primeiro, justamente porque equacionaram a contento os seus currículos de educação básica, dando destaque, neles, à educação para a cidadania. Em ambos os países, a questão essencial foi dupla: formação de professores e fixação de um currículo pragmático, compatível com as expectativas nacionais e com as crescentes necessidades do mundo globalizado. No Brasil, ainda não foi definido o currículo de educação básica nacional, nem, no contexto dele, o que deveria ser ensinado no item “educação para a cidadania”. O descalabro se estende para o resto do sistema educacional, pensado, todo ele, como o funil da insensatez: o ensino básico “prepara” para o médio, este para o superior e o tecnológico, e este para o desemprego (pois estamos em franco processo de desindustrialização). As coisas deveriam ser pensadas de forma diferente: o ensino básico tem uma finalidade em si: a educação para a cidadania. O médio deveria complementar essa formação, inserindo o indivíduo no mundo globalizado e o tecnológico e superior deveriam olhar para as necessidades profissionais do mercado e da política de pesquisa. Estamos hoje dando continuidade ao mostrengo, com a política de cotas nas Universidades, quando realmente o que resolveria a questão da democratização do ensino seria a melhora substancial do nível do ensino básico e médio.

Se, no ensino básico, a “educação para a cidadania” fosse incluída, abrangendo os conhecimentos básicos que a criança precisa assimilar para se tornar cidadão deste país, estaríamos, certamente, deixando aos nossos filhos a perspectiva de um país mais humano.